



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gab. Cons. Kleber Dantas Eulálio



Com a finalidade de evitar falha material, segue o Acórdão nº 147/2021-SPC com as devidas alterações: Leia-se “**Sessão da Primeira Câmara nº 039**” ao invés de “**Sessão Plenária Ordinária nº 039**”.

PARECER PRÉVIO 147/2021 – SPC

PROCESSO N.º TC/007049/2018

DECISÃO N.º 903/2021

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017).

PROCESSO(S) APENSADO(S): TC/020123/2017 – Representação (Julgamento: Acórdão TCE/PI nº 646/18, à peça 21); TC/019933/2017 – Representação

PREFEITO (A): Vilma Carvalho Amorim.

ADVOGADO(S): Diego Augusto Oliveira Martins (OAB/PI nº 13.758) – (procuração: fl. 20 da peça 43); Wildson de Almeida Oliveira Sousa (OAB/PI nº 5.845) – (procuração: fl. 01 da peça 58); Marcus Vinícius Santos Spíndola Rodrigues (OAB/PI nº 12.276) – (sem procuração nos autos; petição à peça 61).

PROCURADOR (A): PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO

RELATOR: CONSELHEIRO KLEBER DANTAS EULÁLIO.

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2017. CONTAS DE GOVERNO. DESPESA COM PESSOAL DO EXECUTIVO BEM ACIMA DO LIMITE LEGAL ESTABELECIDO PELO ART. 20, III, B, DA LRF (RELAÇÃO ENTRE A DESPESA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO).

1. Não obstante o empenho demonstrado pela gestora na solução da irregularidade, permanece demasiado elevado o índice de gastos com pessoal no presente exercício.

Sumário: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Esperantina. Exercício financeiro 2017. Parecer Prévio recomendando a Reprovação das Contas de Governo, conforme art. 120, da Lei Estadual nº 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual. Decisão unânime.



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gab. Cons. Kleber Dantas Eulálio



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da III Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/28 da peça 20, fl. 01 da peça 24, a informação da Divisão de Fiscalização de Regimes Próprios de Previdência Social da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFRPPS/DFAP, às fls. 01/09 da peça 34, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/17 da peça 47, o contraditório da Divisão de Fiscalização de Regimes Próprios de Previdência Social da Diretoria de Fiscalizações Especializadas – DFRPPS/DFESP, às fls. 01/14 da peça 50, as manifestações do Ministério Público de Contas, às fls. 01/16 da peça 52 e fls. 01/02 da peça 55, a sustentação oral do Advogado Wildson de Almeida Oliveira Sousa (OAB/PI nº 5.845), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator Cons. Kleber Dantas Eulálio, às fls. 01/12 da peça 69, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a reprovação, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Absteve-se de participar do julgamento, por questão de foro íntimo, o Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho. Convocado para compor o quórum de votação o Cons. Substituto Jackson Nobre Veras. Designado para presidir a Sessão de Julgamento o Cons. Kleber Dantas Eulálio.

Presentes: Cons. Kleber Dantas Eulálio (Presidente em exercício); Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho; Cons.^a Flora Izabel Nobre Rodrigues; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procurador Leandro Maciel do Nascimento.

Transcreva-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sessão da Primeira Câmara nº 039, em Teresina, 26 de outubro de 2021.

(Assinado Digitalmente)

Cons. Kleber Dantas Eulálio

Relator